

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA**  
3 **DEZ DE MARÇO DE 2016, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**  
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO: 13h40min.**  
5 **QUÓRUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): **Ana Paula Santos**  
6 **Machado Ramos** (representante do governo - SEMDESC); **Júnia Graciele Ribeiro Mendes**  
7 (representante do governo–SESAU); **Lucidalva Barreto dos Santos** (representante da sociedade  
8 civil – titular - Assistentes Sociais); **Eudes Barbosa da Costa** (representante do governo –  
9 Gabinete); **Severina Alda de Aguiar** (representante da sociedade civil – suplente - Assistentes  
10 Sociais); **Rosilene Cordeiro Máximo da Cunha** (representante da sociedade civil – Mão Amiga);  
11 **Grace Chiaritti de Oliveira Alves** (representante da sociedade civil – APAE); **Marli Rodrigues**  
12 **Xavier Brito** (representante da sociedade civil – Abrigo Frei Anselmo); **Neuzira Cardoso Otoni**  
13 (representante da sociedade civil – Psicólogos); **Nilma Vieira de Jesus** (representante da sociedade  
14 civil – Natal Justino da Costa) e **Ezamita Batista da Costa** (representante do governo – SEMED).  
15 Presentes ainda, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC e Larissa Carolina de Barros  
16 Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos ligados á área social. A presidente Ana Paula iniciou a  
17 reunião cumprimentando a todos, solicitando a leitura da ata da reunião anterior, a mesma foi lida  
18 pela vice-presidente Lucidalva. Após a leitura Alda solicitou que fosse retificado em ata a  
19 informação a qual havia colocado em reunião anterior, sendo a atuação de dois cargos  
20 comissionados estarem atendendo no CRAS Pólo 3 e ainda a sugestão de fechamento dos CRAS  
21 pólo 2 e 3, uma vez que não estariam oferecendo nenhum serviço a população. Sendo acatado pelos  
22 presentes. Após as retificações a mesma foi aprovada. Passando ao ponto de pauta **“Apreciação do**  
23 **Relatório SIM-SUAS de fevereiro de 2016 e retificação dos relatórios do mês de dezembro de**  
24 **2015 e janeiro de 2016”**. Antes de iniciar Ana Paula explicou que quanto aos relatórios dos meses  
25 de dezembro e janeiro precisavam ser reavaliados pois constavam como pendências no sistema,  
26 aguardando a aprovação do CMAS, e não havendo a opção de reprovação dos relatórios o que  
27 poderia ocorrer seria a solicitação de alteração dos dados. E conforme solicitado os relatórios foram  
28 reapresentados com as alterações anteriormente elencadas. Passando a apresentação do relatório  
29 referente ao mês de fevereiro de 2016 foi apresentado saldo financeiro do Piso Mineiro no valor de  
30 R\$ 158.626,74 (cento e cinquenta e oito mil seiscentos e vinte e seis reais e setenta e quatro  
31 centavos). Quanto aos dados da Proteção Básica Severina Alda falou da gravidade da situação como  
32 está funcionando o CRAS Pólo 3, que apesar da boa vontade da técnica em pedagogia não é  
33 possível sanar as necessidades da população apenas com o funcionamento precário de oficinas.  
34 Severina Alda sugeriu ainda o fechamento dos CRASs Pólo 2 e 3. Ana Paula solicitou a reavaliação  
35 da proposta de fechamento uma vez que já estaria em andamento o processo de convocação de dois  
36 assistentes sociais e dois psicólogos para o restabelecimento do atendimento técnico nos referidos

37 equipamentos. Lucidalva concordou que na eminência de convocação dos profissionais poderia  
38 manter-se o atendimento, ainda que o mesmo não fosse condizente com a função do CRAS, mas  
39 como forma de manutenção do vínculo com a população usuária, porém com o máximo zelo pelo  
40 atendimento ético e limitado a função dos profissionais que lá estão. Dessa forma os presentes  
41 concordaram com o aguardo da convocação dos profissionais. Severina Alda falou da necessidade  
42 de utilização do recurso do Piso Mineiro para custear necessidades imediatas dos acolhidos das  
43 Casas Lares como passeios e viagens para tratamento médico. Na oportunidade foi informada a má  
44 qualidade dos produtos fornecidos pelas empresas licitadas, como carne e verduras, os quais são  
45 oferecidos as crianças e aos adolescentes atendidos no serviço de acolhimento. Ana Paula informou  
46 que averiguaria junto ao setor de compras da prefeitura as condições das licitações e as medidas a  
47 serem tomadas, uma vez que não se poderia admitir esta situação. Colocados para aprovação os  
48 relatórios SIM-SUAS referentes à Proteção Social Básica dos meses de dezembro de 2015 e janeiro  
49 de 2016 alterados, e os relatórios da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, e ainda o  
50 saldo do Piso Mineiro referente ao mês de fevereiro de 2016, os mesmos foram aprovados da  
51 seguinte forma: Severina Alda (aprovou), Ana Paula (aprovou), Rosilene (aprovou), Ezamita  
52 (aprovou), Marli (aprovou), Neuzira (aprovou), Eudes (aprovou), Júnia (aprovou), Nilma (aprovou)  
53 e Grace (aprovou). Em informes gerais: Severina Alda falou de sua preocupação com a população  
54 que utiliza as margens do córrego Canabrava, uma vez que não está sendo respeitado o espaço do  
55 pedestre, utilizando-se o local para transitar com bicicletas, motos, skates e até animais como  
56 cachorros e cavalos. Os presentes concordaram em enviar ofício a Polícia Militar, à Câmara  
57 Municipal e ao Conselho de Segurança Pública – CONSEP, solicitando providências. Em seguida  
58 Ana Paula procedeu a leitura de ofício do Abrigo Frei Anselmo solicitando o repasse do recurso do  
59 cofinanciamento federal através do Piso de Alta Complexidade, uma vez que a entidade foi  
60 descredenciada do convênio com o SUS, do qual advinha uma parte importante de financiamento  
61 das despesas de manutenção do serviço. Na oportunidade foi esclarecido que legalidade para o  
62 recebimento do recurso todas as entidades prestadoras de serviço de acolhimento teriam, no entanto  
63 seria necessária uma análise aprofundada da questão, considerando as peculiaridades de cada  
64 serviço. Foi esclarecido ainda que poderia-se fazer uma proposta de utilização do recurso por  
65 ocasião do preenchimento do Plano de Ação de 2016. Dessa forma os presentes concordaram em  
66 analisar a situação através da Comissão de Análise de Instrumentos Legais, juntamente com a gestão  
67 e as entidades envolvidas, para uma proposta posterior. Em seguida Ana Paula procedeu a leitura de  
68 ofícios advindos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, nos quais  
69 solicitavam o acompanhamento do Conselho com relação as pendências nas prestações de contas de  
70 2006 e 2007. Os presentes concordaram em solicitar informações junto à SEPLAN, através da  
71 Comissão de Acompanhamento e Fiscalização. Logo após Ana Paula colocou em plenária a  
72 situação de convocação dos profissionais do Processo Seletivo vigente para regularização dos

73 serviços nos CRAS. Informou que obteve junto ao Ministério Público, através do promotor Luiz  
74 Gustavo, orientações para retornar as listas de classificação a partir do primeiro colocado em cada  
75 cargo, e que o promotor comprometeu-se em documentar por escrito tais orientações, e que assim  
76 procederia de acordo com o orientado, até mesmo para evitar entraves ocasionados por mandados  
77 de seguranças que poderão atrasar a regularização dos serviços. Os conselheiros presentes  
78 discordaram alegando que deveria ser seguida a ordem da lista a partir do último profissional  
79 convocado, uma vez que os profissionais dispensados tiveram seus contratos regularmente findados  
80 ou reincididos com ressarcimento de seus direitos trabalhistas. E voltar a lista a partir do primeiro  
81 colocado ocorreria em possibilidade de readmissão da profissional Valéria Imaculada que foi  
82 dispensada por problemas de atuação junto aos colegas de trabalho, profissionais da rede e usuários  
83 do serviço. Os conselheiros presentes concordaram com a decisão do Conselho, exceto o  
84 conselheiro Eudes que alegou não haver provas suficientes da conduta da profissional Valéria  
85 Imaculada. No entanto os demais conselheiros entenderam que as atas do conselho que relataram a  
86 questão da profissional à época e o ofício do coordenador das Casas Lares constituem provas ainda  
87 que a administração não tenha documentado as circunstâncias da dispensa da mesma. Diante a  
88 situação exposta ficou acordado procurar a promotoria para discutir a situação, com vistas a evitar  
89 maiores prejuízos à população que já estaria extremamente prejudicada. Sendo definida comissão  
90 formada por Ana Paula, Neuzira, Rosilene, Ezamita e Júnia para tal. Ainda em informes gerais foi  
91 comunicada a necessidade de publicação de resolução validando o cancelamento da inscrição da  
92 Associação da Mulher Trabalhadora de Unai – AMTU, a qual ocorreu no ano de 2013, com o  
93 encerramento das atividades por decisão dos seus membros. A resolução seria necessária para  
94 regularização do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS. Sendo aprovada  
95 por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião, e eu, Isabel  
96 Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes.  
97 **ENCERRAMENTO: 16h40min.**  
98